

Defensores públicos iniciam paralisação

ÉLCIO PARAÍSO - 21.11.2002

MURILO ROCHA

REPÓRTER

A partir de hoje, a população carente do Estado vai encontrar dificuldade para reivindicar seus direitos junto à Justiça. Os 424 defensores públicos de Minas Gerais decidiram entrar em greve por tempo indeterminado para protestar contra a atual situação da categoria. Os defensores cobram a equiparação do salário, de R\$ 1.800, com o de outros servidores do Judiciário e ainda reclamam da falta de estrutura para atender o número de processos. De acordo com a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep), dos 2 milhões de processos em tramitação na Justiça mineira cerca de 40% estão nas mãos dos defensores públicos.

Segundo o presidente da Adep, Glauco David de Oliveira, a crise da Defensoria Pública não é nova e pode ser medida pela debandada de profissionais da área para outras esferas do Judiciário. "Em 1998, éramos 720 defensores públicos em Minas Gerais. Hoje somos apenas 425, menos da metade dos 918 cargos previstos para Minas", disse. Atualmente, segundo o presidente da Adep, 160 das 296 comarcas do Estado não possuem defensores públicos.

Outra queixa da categoria é quanto ao sucateamento da instituição. Em alguns casos, segundo o presidente da Adep, os defensores têm de custear os materiais de expe-

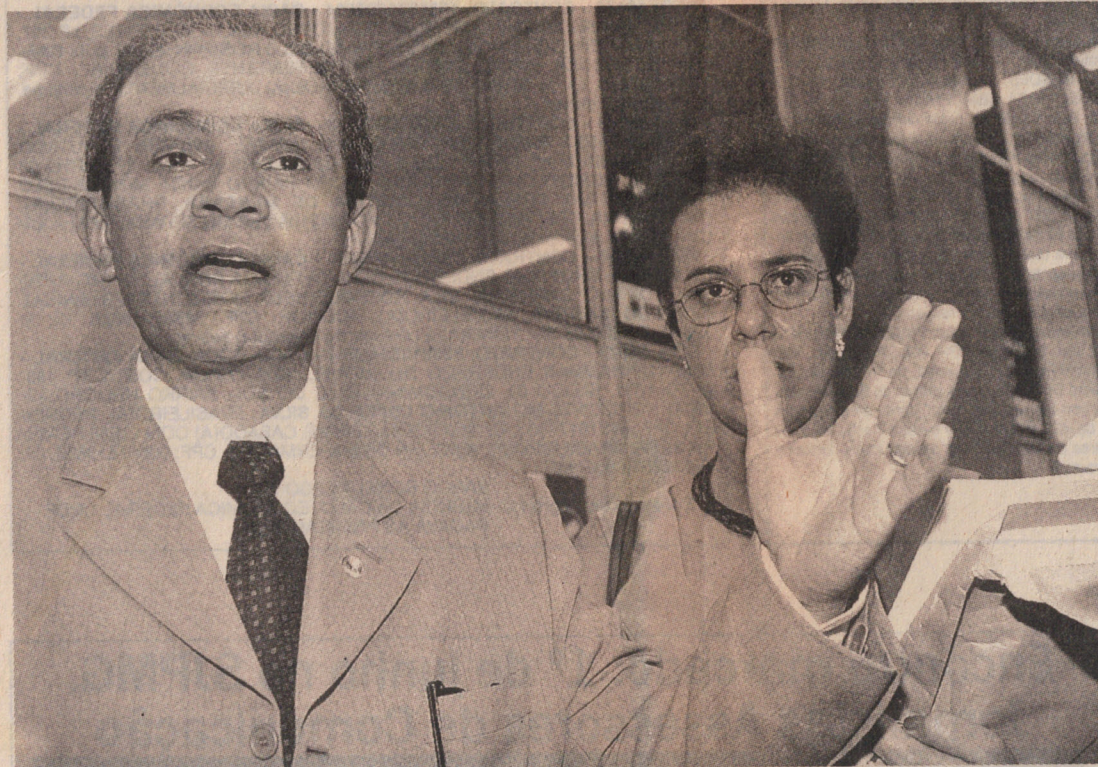
mar as atividades quando houver uma sinalização de melhorias salariais e de estrutura", afirmou.

A Adep deve tentar nos próximos dias uma reunião com o governador Aécio Neves (PSDB) para discutir a crise. Na pauta de discussão também deve estar a elaboração e o envio para a Assembleia Legislativa de um projeto de lei determinando a remuneração da categoria. "Para a instituição prestar um serviço jurídico de qualidade ao carente é preciso ocorrer mudanças", declarou Oliveira.

Atendimento

Mais de 800 mil pessoas foram atendidas pela Defensoria Pública de Minas no ano passado. Os principais atendimentos prestados pela instituição são nas áreas criminal (crimes e cumprimento de pena), de família (pensão alimentícia e divórcio), direitos do consumidor e criança e adolescente. Conforme a Adep, o órgão foi criado para prestar atendimento às pessoas pobres legalmente, ou seja, sem condição comprovada de pagar a um advogado particular.

"Cerca de 90% dos processos da área criminal e 80% da vara de família são patrocinados por defensores públicos", disse o presidente da Adep. Para tentar amenizar a crise no setor, o governo deve realizar, no segundo semestre, um concurso público para preencher 166 vagas em Minas. "Vamos ver se vai

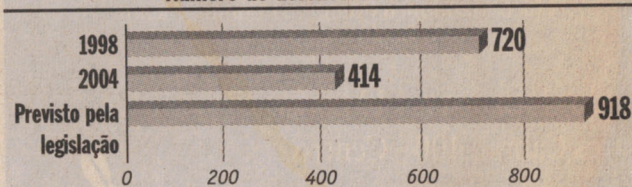


Presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas, Glauco David de Oliveira, que aponta sucateamento da instituição

EDITORIA DE ARTE

DEFENSORIA PÚBLICA

Número de defensores em Minas



Áreas mais atendidas

- 1 Criminal (crimes e cumprimento de pena)
- 2 Família (pensão alimentícia e divórcios)
- 3 Criança e Adolescente
- 4 Direitos do Consumidor

800 mil
pessoas foram atendidas
pela Defensoria no ano
passado, em Minas

Existem
145
comarcas no Estado
sem Defensoria Pública

85%
dos processos nas varas criminais
e de família têm a participação
de um defensor público